

Habitação social e identidade nos Congressos Panamericanos de Arquitetura

Bruna Carolina de Souza Pereira.

Resumo

Este projeto tem como propósito o estudo das habitações sociais, aliado à percepção de um repertório identitário da América, a partir dos Congressos Pan-americanos de Arquitetos referentes ao período entre 1920 e 1930. Através da análise de documentos produzidos por revistas e da bibliografia relacionada ao tema, objetiva-se compreender a problemática habitacional dos países americanos e as soluções disseminadas pelos congressos.

Propõe-se a investigação de um panorama simplificado, que engloba o problema habitacional e a questão da identidade, pertinente aos países da América latina, bem como a produção de uma documentação gráfica, que permita a compreensão destes aspectos.

Palavras-chave:

Habitação social, Identidades regionais, Congresso Panamericano de Arquitetos.

Introdução

A partir da análise de obras que tratam do problema habitacional no Brasil, foi possível compreendê-lo através de vertentes histórica, política, econômica e cultural, posto que a crise de moradia era uma preocupação pertinente a todos os setores da sociedade, embora por motivos distintos e delineados por concepções higienistas e moralizantes. Profissionais, como sanitaristas, médicos, arquitetos e engenheiros, se mobilizaram para encontrar soluções cabíveis às condições miseráveis em que se ocupavam as habitações operárias, como casebres e cortiços, e ao contexto de epidemias que se propagavam, sobretudo a partir de cidades portuárias. Nessa medida organizaram-se congressos que tratavam, sobretudo, da habitação operária e dos problemas de salubridade a ela vinculados. Definiram-se então medidas e resoluções, especialmente de cunho técnico, que nortearam o pensamento sobre a habitação popular das décadas seguintes. Desses encontros, pode-se citar o Congresso de Habitação de São Paulo (1931) e os Congressos Pan-americanos de Arquitetura, do qual vários países da América Latina participaram a partir de 1920. É, dessa maneira então, que são propostos padrões de construção para baratear as casas e que se difundiu a importância dessas moradias como instrumento de controle social. É preciso destacar, enfim, que este resumo objetiva apontar que os programas habitacionais no Brasil não têm priorizado modos distintos de sociabilidade e moradia, mas sim o controle e a subordinação do modo de vida das populações, sobretudo trabalhadores.

Resultados e Discussão

Em primeiro lugar, se evidencia que a destruição de cortiços e expulsão dos pobres do centro urbano são reflexos de uma preocupação “social” modelada por interesses secundários, o que também se reflete na consolidação de propostas políticas e ideológicas, cujo propósito não tinha por base amparar tais setores da sociedade. Neste ponto a habitação operária passa a ser uma preocupação para classes dominantes quando o medo das aglomerações e epidemias, associadas a este tipo de moradia, desolam a cidade e ameaçam os bairros ricos. Ainda assim, as medidas tomadas pelo governo são sempre parciais, favorecendo os mais abastados, e reafirmando um discurso intransigente e discriminatório em

relação às habitações e seus moradores. Os casebres, cortiços e casas de cômodos são, então, pulverizados, invadidos, desinfetados e, muitas vezes, queimados, sem que propostas de construção de novos abrigos fossem articuladas na mesma proporção. Neste ínterim foram realizados congressos, a fim de discutir o problema habitacional, a necessidade de intervenção do Estado na edificação de moradias populares, como soluções técnicas e baratas para casas higiênicas. É preciso lembrar que o pensamento médico, sanitarista e a arquitetura progressista atribuíam ao meio ambiente a qualidade de agente transformador de indivíduos, de tal maneira que à casa operária serão anexados conceitos de higienização e moralização dos moradores (como maneira de suprimir a promiscuidade dos cortiços):

Formar, moralizar e higienizar os indivíduos por meio da habitação veio a ser a tarefa principal que vários arquitetos empenharam-se em executar desde o início do século XIX.¹

É neste rumo que seguem as propostas para habitações econômicas, sendo construídas vilas operárias, conjuntos habitacionais e, por fim, casa unifamiliares: o modelo ideal de habitação, posto que é individual (pequeno o suficiente para que uma família vivesse ali), higiênica e disciplinar.

Conclusões

Deve-se notar que não há, nestas propostas, menção às opiniões e falas de operários. Acompanhando as ideias de Certeau², trata-se de um povo ao qual se suprime as manifestações e reivindicações para melhor controlar ou domesticar. Portanto, é através da manipulação dos espaços, do meio ambiente que se pretende “adequar” o proletariado à civilização moderna.

Agradecimentos

Ao PIBIC, que possibilitou a realização desta pesquisa. À professora Dra. Josianne Francia Cerasoli, que me orientou neste projeto, pelo apoio e dedicação no pouco tempo que lhe cabia.

¹CARPITÉRO, Marisa Varanda T. A construção de um sonho. Os engenheiros-arquitetos e a formação da política habitacional no Brasil. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

²CERTEAU, Michel de. Cultura no plural. Tradução de Enid Abreu Dobrânszky. Campinas, SP: Papyrus, 1995.